

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

LICENCIATURA EM LETRAS

RAFAELA MILARA KERSTING

**A ESCOLA, O PROFESSOR E O AFETO NO PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM**

Porto Alegre

2013

RAFAELA MILARA KERSTING

**A ESCOLA, O PROFESSOR E O AFETO NO PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Letras– Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Arcanjo Pedro Briggmann

Porto Alegre

2013

Aos meus pais, com muito amor, por não terem medido esforços para que meu irmão e eu estudássemos na UFRGS, pela paciência e dedicação, por todo suporte – intelectual, emocional e material – que me deram ao longo desses anos e por confiarem em mim e sempre apoiarem minhas escolhas, dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe Rosaura, pelos carinhos, pelas conversas, pelos colos, pelos choros, pelos sorrisos e por sempre estar de braços abertos para mim; ao meu pai Jorge, por ter acreditado que o meu lugar era na UFRGS, por ser incansável e sempre estar disposto a me ajudar, pelas correrias e pelos abraços; e ao meu irmão Thiago, por ser um exemplo lindo de ser humano. Obrigada por serem um porto seguro no qual sei que posso sempre ancorar!

Aos meus alunos e ex-alunos, pois são eles que me constituem como professora. Obrigada pelo envolvimento, pelas trocas de experiência, por me receberem sempre de braços abertos, por entenderem minhas vacilações, por confiarem em mim e por todo carinho que já recebi de vocês em sala de aula!

Ao meu orientador, Professor Arcanjo Pedro Briggmann, por ter aceitado meu convite quando surgiu diante dele com estas inquietações, pela atenção e carinho de sempre, além das conversas, questionamentos e ensinamentos compartilhados, fundamentais para a minha formação e para a construção deste trabalho.

Aos professores que passaram pela minha vida me proporcionando aprendizagens significativas, me envolvendo de tal maneira que não pude escapar da licenciatura e da sala de aula. Em especial, à Professora Monica Nariño, por ter acreditado em mim e ter me dado o empurrão que faltava para que eu tivesse coragem para entrar definitivamente em sala de aula.

*Por isso – porque eu acho que a primeira função da educação é ensinar a ver – eu gostaria de sugerir que se criasse um novo tipo de professor, um professor que nada teria a ensinar, mas que se dedicaria a apontar os assombros que crescem nos desvãos da banalidade cotidiana.*

**Rubem Alves**

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar alguns pontos que mostram de que maneira, ao longo da história da educação, a escola e o professor se constituíram como peças fundamentais do processo educativo. Além disso, tem como intuito fazer breves reflexões sobre a função que a escola e o professor desempenham no processo de ensino e aprendizagem e na formação de sujeitos. Nesse sentido, busca-se entender que exigências são feitas a eles a partir das mudanças da sociedade atual e a relevância que assume o professor na modernidade e na contemporaneidade como agente motivador no processo de aprendizagem, na construção de conhecimentos significativos e na formação de sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professor; escola; motivação; aprendizagem.

## **RESUMEN**

Este trabajo de conclusión de curso tiene como objetivo presentar algunos aspectos que muestran de qué manera, a lo largo de la historia de la educación, la escuela y el profesor se constituyeron como piezas fundamentales del proceso educativo. Además, tiene la idea de hacer breves reflexiones sobre la función que la escuela y el profesor ocupan en el proceso de enseñanza y aprendizaje y en la formación de sujetos. En este sentido, se busca entender qué exigencias se les hacen a partir de los cambios de la sociedad actual y la relevancia que asume el profesor en la modernidad y en la contemporaneidad como agente motivador en el proceso de aprendizaje, en la construcción de conocimientos significativos y en la formación de sujetos.

**PALABRAS CLAVE:** Profesor; escuela; motivación; aprendizaje.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO PROFESSOR.....</b>	<b>11</b>
<b>2 EDUCAÇÃO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Que educação? .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Que escola? .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Que professor? .....</b>	<b>23</b>
<b>3 A MOTIVAÇÃO E O AFETO NA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>



## INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho de conclusão de curso começou a ser pensada, de maneira despretensiosa, a partir de indagações que me fiz no decorrer das práticas de ensino de Língua Portuguesa, que fazem parte do currículo do curso de Licenciatura em Letras. Nos estágios curriculares, ao voltar a ter contato com escolas, professores e alunos, agora no papel de professora estagiária, inevitavelmente, vieram-me à lembrança algumas experiências do tempo em que eu era aluna, como, por exemplo, a falta de vontade ou as dificuldades em aprender determinada disciplina geradas pela implicância que alguns alunos têm com determinados professores pouco interessados em despertar o desejo de aprender desses alunos.

Pensando nas vezes em que encontrava meus alunos em um grupo, ao final de uma manhã de aulas, em frente à escola, e nas vezes em que eles me chamavam para falar qualquer coisa (sobre a aula ou não), demonstrando carinho, confiança e certa liberdade para fazer piadas e rir comigo, acabei lembrando de uma professora da escola na qual fiz meu primeiro estágio de Língua Portuguesa. Certo dia, ela me disse, em tom raivoso, o seguinte: “Eu não mostro os meus dentes para os alunos!”. Não entendo bem se o que ela falou tinha a ver com as minhas atitudes e a maneira como tratava os alunos ou se ela apenas estava contando qual era a sua maneira de tratá-los. O fato é que, todas as vezes em que lembrava dessa fala durante a minha prática de ensino, sentia pena dessa professora, pois ela, apesar dos anos de experiência a mais do que eu, parecia ainda não saber o quanto é bom conquistar os alunos pelo sorriso e como esse sorriso pode estreitar os laços entre professores e alunos, motivando-os a prosseguir em seus estudos com desejo de aprender.

Da minha experiência como aluna para as minhas primeiras experiências como professora, o que pude notar é que aquela forma mecânica dos professores passarem os conteúdos, sem pouco ou nenhum prazer em ensinar, sem questionar ou despertar a motivação dos alunos, ainda está presente nas escolas. Professores desmotivados demonstram isso para os seus alunos (que, muitas vezes, estão ali carentes, clamando por atenção), na medida em que não depositam neles um olhar mais cuidadoso, de caráter mais observador e preocupado.

Acredito, então, que o professor deveria se interessar mais por aquelas pessoas que estão ali não apenas para escutá-lo, mas também para serem ouvidas e respeitadas. Me inquieta pensar que muitos professores criam essa barreira em suas relações com os alunos e

tampouco entendo por que para muitos professores parece não poder haver uma fusão entre o intelectual e o afetivo dentro da escola. Ou, melhor dizendo, não entendo por que muitos professores insistem em desvincular – ou até eliminar – o afeto do intelecto, já que ambos são condições necessárias para a aprendizagem.

Essas situações começaram a despertar em mim inquietações que eu não entendia e para as quais eu não tinha resposta. Pensei, então, em reunir alguns fundamentos para que pudesse, a partir deles, entender melhor o processo educativo e refletir sobre o ensino e, especialmente, sobre a função da escola e o papel do professor na formação dos sujeitos<sup>1</sup>.

Assim nascia o presente trabalho: como uma tentativa de registrar alguns pressupostos históricos da escola e do professor para, a partir daí, entender as exigências que a eles se fazem na contemporaneidade. Ao realizar essas tarefas, elas passaram a constituir o núcleo (e a realizar o objetivo) do próprio trabalho. Imagino que entender a filogênese da escola e do professor possa ajudar a compreender a ontogênese da professora que escreve este trabalho de conclusão de curso.

Procurou mostrar como se deu historicamente o processo de ensino e aprendizagem como parte da educação escolar. Nessa perspectiva, o papel do professor assume relevância, inicialmente, como transmissor do conhecimento; depois, com o advento do Iluminismo, a essa função agrega-se a de formação dos sujeitos – sujeitos racionais, livres e responsáveis.

Hoje, no horizonte de uma outra sociedade, com outros valores, outras perspectivas e outros problemas, novas são as funções demandadas da escola e do professor. Portanto, outra deve ser a escola e outro, o professor. Uma escola que pergunta, questiona; um professor que motiva, que envolve, que seduz o aluno para o querer saber.

Para buscar uma melhor compreensão dessas ideias, tento fazer uma concisa genealogia da escola e do professor, vendo como se constituíram como tal ao longo da história da educação e que papel tiveram na formação e no desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos.

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, uso “sujeito” seguindo a concepção foucaultiana daquele que tem consciência de si e do mundo.

## 1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO PROFESSOR

Como ponto de partida, acho importante pensar de que maneira a escola se constituiu como uma instituição educativa ao longo da história. Para dar início ao breve apanhado histórico, não posso deixar de falar da importância dos povos grego e romano na história da educação.

Segundo Manacorda, em seu livro *História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias* (1989), na Grécia, o conflito de classes entre aristocratas e produtores estava diretamente relacionado ao conflito entre o que era inato e o que era aprendido, o que gerava um preconceito por parte dos aristocratas, que não acreditavam na ascensão social das classes populares simplesmente por duvidar da possibilidade de ascensão por meio daquilo que era aprendido. Além disso, os aristocratas eram contra a transformação da educação guerreira em educação esportiva, pois isso implicaria no surgimento do profissionalismo e também na invasão do campo da educação, tradicionalmente voltado aos nobres, por parte das pessoas do povo e também dos escravos.

A educação romana, assim como a grega, promovia a aculturação moral, religiosa e cívica, além da aquisição de técnicas de poder (pensar, dizer e fazer) para governar e produzir. A base dessa educação na Grécia, especialmente em Creta e Esparta, consideradas modelos de política e educação, eram a música e a ginástica. A educação física preparava os cidadãos para o uso das armas na defesa da pátria e era o principal e mais importante aspecto da formação do homem da época. Além dessas disciplinas, também estavam consolidadas até essa época a música e o desenho. Ademais, para o pensador grego Isócrates, a oratória e a retórica eram consideradas as finalidades da educação grega. Os ensinamentos da escola eram, portanto, livrar os alunos do analfabetismo, instruí-los e prepará-los para a eloquência.

A partir do século VI a.C., com a escola de Pitágoras, a educação dos jovens é vista como base para a sociedade, embora as escolas ainda não fossem públicas. Uma inovação dessa época, trazida pela pedagogia platônica, é que a sociedade passa a ser vista como um todo que educa, ou seja, o aprendizado pode se dar em todas as instâncias (*pantaxou*). Manacorda aponta que, em Roma, os filhos eram educados pelos pais e aprendiam as letras, o direito e as leis em casa, enquanto que, na Grécia, a primeira educação das crianças era recebida pelos pais e mestres<sup>2</sup>, mas era a cidade que ensinava as leis. Ou seja, o aprendizado

---

<sup>2</sup> Os mestres eram chamados assim não apenas porque sabiam, mas porque eram capazes de aprender e de fazer com que seus discípulos os acompanhassem nesse exercício.

se dava, segundo o filósofo grego, por meio da vida em sociedade, em diferentes meios, nas diversas práticas sociais.

A partir de Aristóteles, começa a se pensar na educação para as artes, *distinguindo o que se faz para a utilização do que se faz para o conhecimento* (razão prática x razão teórica). Se trata de uma educação livre, desvinculada do exercício profissional, a partir da qual os homens livres buscam o cultivo das próprias virtudes. Como se vê, o homem livre na Grécia, assim como em Roma, não estuda para se profissionalizar. As atividades produtivas eram indignas de um homem livre, pois não é digno deste homem trabalhar para viver. Sua educação nas artes, portanto, era por prazer, não para obter ganhos nem atingir objetivos materiais.

Na sua época, Platão fazia distinção entre a instrução privada (família) e a pública (Estado), enquanto Aristóteles informava, no fim do século IV a.C., que na maioria das cidades a educação era privada, embora se mostrasse favorável à educação pública. Na Grécia, os pedagogos em casa eram estrangeiros ou prisioneiros de guerra e os mestres da escola eram gregos ou pessoas livres sem grande prestígio social. A figura do mestre nasceu historicamente como um trabalho servil e foi uma profissão bastante desprezada também em Roma. Segundo o texto de Manacorda (p. 63), “é coisa digna ensinar [...], mas é vergonhoso ensinar por dinheiro [...]”.

Mas, na medida em que a educação chegou às crianças livres, às meninas, aos pobres e aos escravos, as escolas foram se tornando gradativamente públicas, e as melhorias nas condições econômicas e no prestígio social dos mestres foram crescendo. Em Roma, a vinda de embaixadores e prisioneiros gregos determinou o surgimento e a consolidação de escolas, inicialmente mais de cultura grega do que de latina. O sistema de educação em Roma foi basicamente importado da Grécia, que influenciou uma forma de educação não familiar, institucionalizada na escola, já que, no início, era o pai (*pater familias*) que exercia a função educadora, diferentemente da Grécia:

[...] em Roma nos encontramos, pela primeira vez, perante uma crítica fundamental da escola pelo que ela é e não pelos acidentes de sua vida diária: assistimos, enfim, ao nascimento de uma consciência crítica sobre a escola e a educação. As razões dessa crítica são compreensíveis: numa sociedade que recebeu a escola de uma tradição alheia, efetivando uma ruptura com as próprias tradições, e em que a finalidade “impudente” da conquista de hegemonia política das massas através da cultura se revela ilusória, nessa sociedade inevitavelmente a escola e sua cultura acabam por se fechar em si mesmas, numa idolatria exclusiva de suas tradições estranhas e fechadas (Manacorda, p. 94).

Nessa época, os docentes eram repressores e o rigor da disciplina muitas vezes era alcançado a partir de agressões físicas. E é esse “sadismo pedagógico” que causava nos alunos aversão, tédio, pavor, medo e indisciplina. Embora em menores proporções, esse sadismo pedagógico se prolonga no tempo, e as consequências que observamos em sala de aula são muitas vezes parecidas com as relatadas por Manacorda sobre o início da história da educação. Desde sempre essa didática obsessiva, repetitiva e essa “aprendizagem” mecânica a partir da imitação dos modelos propostos pelos adultos vêm aterrorizando e desmotivando os alunos. Além disso, o ambiente escolar, ao invés de dar suporte aos seus alunos, cria obstáculos para a aprendizagem, sem parecer se dar conta de como a motivação e o prazer servem como aliados nesse processo composto não apenas de aspectos conceituais e teóricos, mas, talvez principalmente, emocionais. E essa sádica severidade dos mestres somada ao desprestígio e à miséria da profissão na época acarretavam na vingança dos alunos, inclusive com agressões físicas:

O enfado desta didática, o medo das varas e dos chicotes e os conteúdos muito distantes da vida diária e dos interesses reais dos jovens e da sociedade certamente não encorajavam a frequência aos estudos. [...] Além do sadismo pedagógico generalizado e do enfado de uma didática repetitiva, pelo menos no que diz respeito aos primeiros níveis de instrução, é exatamente o abismo que separa a escola da vida, a insignificância de seus conteúdos, que coloca essa escola em discussão não somente entre os incultos, que não chegam a ver seus aspectos positivos, mas também entre filósofos sérios e entre os melhores mestres (Manacorda p. 93).

Já na Idade Média, a educação assume características do pensamento e da prática religiosa. O mestre é substituído pelo professor, que assim é chamado por professar os conhecimentos e crenças recebidos e tidos como verdadeiros nos mosteiros e nas instituições corporativas.

Com o surgimento dos Estados modernos, as escolas acabaram tornando-se de interesse público e receberam o apoio direto do poder político, passando do controle privado ao controle do Estado. Assim, chega-se ao revolucionário século XVIII, no qual Rousseau, a partir de uma abordagem mais antropológica – fugindo às questões epistemológicas – coloca o homem, enquanto membro constitutivo e formador da sociedade, como foco da educação. As seguintes observações compõem o plano do filósofo suíço para uma pedagogia libertadora e inovadora – com relação à Idade Média –, cuja principal inovação seria a relação entre a educação e a sociedade:

O direito à felicidade, o direito à ignorância das coisas inadequadas à infância, a rejeição do método catequético, a exclusão dos estudos especulativos, a necessidade de ensinar não muitas coisas, mas coisas úteis, não as ciências, mas o gosto de cultivá-las; [...]; o adiamento dos estudos de história, de filosofia, de moral e o saber perder tempo são os principais aspectos que negam a educação tradicional. Entre os aspectos positivos merecem ser mencionados a redescoberta da educação dos sentidos, a valorização do jogo, do trabalho manual, do exercício físico e da higiene, a sugestão de usar não a memória, mas a experiência direta das coisas, e de não utilizar subsídios didáticos já prontos mas construí-los pessoalmente, e, sobretudo, o plano progressivo da passagem da educação dos sentidos (dos dois aos doze anos) à educação da inteligência (até os quinze anos) e da consciência (até os vinte e cinco anos) (Manacorda, p. 243).

Foi a partir do século XVIII, na Prússia, que ocorreu o início da escolarização pública obrigatória e da universalização do ensino, o que obrigava as crianças entre 5 e 12 anos a frequentarem a escola. Ou seja, foi a partir daí que começaram a instituir leis que discorriam sobre a obrigatoriedade de frequentar a escola, o que está diretamente relacionado ao fortalecimento do Estado, muito mais do que a uma restauração social, gerando um ideal de ensino ligado ao dever, à obediência e à disciplina.

Por volta de 1760, a educação começou a ser pensada como obrigação do Estado e visava à formação da inteligência a partir da história e das ciências naturais. E foi o Iluminismo que colaborou para que a instrução das igrejas passasse definitivamente para o controle dos Estados, rompendo com as tradições da Idade Média. Em 1773, após a Companhia de Jesus ser suprimida, a escola, que até então era praticamente toda privada e eclesiástica, embora controlada pelo poder público, passa a ser gerida e controlada pelo Estado. Ou seja, a sociedade sofre uma transformação e a escola, como instituição que faz parte dessa sociedade, é agente e paciente dessa mudança, como bem aponta Manacorda: “A sociedade muda e a escola é, ao mesmo tempo, consequência da mudança ocorrida e instrumento da mudança futura” (p. 69). Nesse contexto, assume importância o professor, que passa a adotar o papel de catalisador de valores, do desenvolvimento, das mudanças sociais e da formação de sujeitos – livres, racionais e responsáveis<sup>3</sup>.

Pensando na construção histórica que a escola representa, é importante refletir sobre a função social dessa instituição e do professor no processo de formação dos cidadãos e como estes, a partir da educação, se constituem como sujeitos históricos. A escola, desde o seu início, sempre foi uma instituição que serviu às demandas sociais de determinada época, ou seja, “tem como finalidade habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores, para servir ao mundo do trabalho” (Oliveira; Moraes; Dourado, S/D, p. 2).

---

<sup>3</sup> Note-se que são essas as características de homem idealizado pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo e que a escola, como instituição ícone da modernidade, assume integralmente.

Segundo o § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (doravante, LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Na contemporaneidade, vivemos em uma sociedade pós-industrial, na qual a escola, vinculada às demandas e necessidades de um sistema econômico que dita as regras e reivindica questões divergentes da sociedade de antigamente, especialmente no que se refere às diferenças que existem entre postos de trabalhos autônomos e assalariados, desempenha papel fundamental na formação dos sujeitos e no desenvolvimento físico, intelectual, social, moral e crítico destes a partir de diferentes expressões (corporal, oral, escrita). Em suma, parece que é esse sistema capitalista dominante que determina que escola devemos ter e que cidadãos precisamos formar.

Apesar disso, a escola, pelo papel social que desempenha, é um lugar no qual deve ser levada em consideração a subjetividade de cada indivíduo envolvido na educação, entendida, segundo Oliveira, Moraes e Dourado (p. 2), como “prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações”.

A escola, entre outras instâncias sociais, tem a função de garantir a (re)produção cultural e social, seja por meio dos conteúdos trabalhados em sala de aula ou por seus sistemas de organização, visando preservar as ideias e os conhecimentos que a sociedade adulta demanda. Como apontam Sacristán e Pérez Gómez (1995, p. 18):

*Concebida la escuela como institución específicamente configurada para desarrollar el proceso de socialización de las nuevas generaciones, su función aparece netamente conservadora: garantizar la reproducción social y cultural como requisito para la supervivencia misma de la sociedad.*

Mas é importante que exista um equilíbrio entre a função mais conservadora, de mera preservação e reprodução das demandas socioculturais, e as mudanças exigidas por aqueles indivíduos que não se sentem satisfeitos com a ideia de que a escola é a instituição que deve servir aos ideais – progresso industrial, desenvolvimento humano, preservação cultural, formação de mão de obra, etc. – requeridos pela sociedade adulta, mas sim acreditam que a escola é o espaço para a renovação e transformação da sociedade.

Um dos objetivos básicos da socialização na escola desde que surgiram as sociedades industriais é preparar os alunos “*para su incorporación futura en el mundo del trabajo*” (Sacristán; Pérez Gómez, p. 19 – grifo no original), o que exige mais do que o

desenvolvimento de ideias e habilidades, mas sim a formação de disposições, atitudes e interesses. Essa ideia de inserção no mercado de trabalho permanece até hoje, mas o que é preparar para o mundo do trabalho? Como se realiza esse processo? De que tipo de trabalho estamos falando? Do trabalho que requer disciplina, obediência e submissão? Ou, ao contrário, do trabalho que exige criatividade, autonomia e proatividade? Obviamente, as exigências do trabalho hoje são outras. Hoje, o mercado de trabalho se abre para a necessidade de trabalhadores criativos, proativos, corresponsáveis pela gestão e resultados dos meios produtivos.

Outro objetivo básico do processo de socialização na escola apontado por Sacristán e Pérez Gómez “*es la formación del ciudadano/a para su intervención en la vida pública*” (p. 19 – grifo no original), pois é a instituição escolar que deve preparar os cidadãos para que se incorporem à vida adulta e pública de maneira efetiva. Mas as características que devem ser desenvolvidas nos alunos para que eles tenham atitudes responsivas perante o mundo seriam as mesmas exigidas pelo mercado de trabalho assalariado, por exemplo? Acredito que não, pois muitas vezes o mercado de trabalho exige que os trabalhadores sejam “corpos dóceis”, utilizando o termo que Foucault apresenta em *Vigiar e Punir*. Ou seja, o mercado de trabalho requer pessoas que tenham movimentos, gestos, atitude e agilidade facilmente “adestrados”, disciplinados, obedientes e que se tornem úteis ao trabalho mecânico. Segundo Sacristán e Pérez Gómez (p. 20):

*La escuela se encuentra así ante demandas incluso contradictorias en el proceso de socialización de las futuras generaciones. Debe provocar el desarrollo de conocimientos, ideas, actitudes y pautas, al ámbito de la libertad en el consumo, de la libertad de elección y participación política, de la libertad y responsabilidad en la esfera de la vida familiar. Características bien distintas a aquellas que requiere su incorporación sumisa y disciplinada, para la mayoría, al mundo del trabajo asalariado.*

Sendo assim, a socialização no ambiente escolar, desde os primeiros momentos da aprendizagem, transmite, consolida e estimula, explícita ou implicitamente, “*una ideología cuyos valores son el individualismo, la competitividad y la insolidaridad, la igualdad formal de oportunidades y la desigualdad ‘natural’ de resultados en función de capacidades y esfuerzos individuales*” (Sacristán; Pérez Gómez, p. 20). Essas ideias mostram que o processo de socialização escolar, consequência das práticas sociais, serve, muitas vezes, para preparar o indivíduo a aceitar de forma natural a arbitrariedade cultural.

A escola, no imaginário social, é o lugar do bem e da verdade, e o professor, como agente da instituição escolar e do processo de socialização, tem a tarefa de prezar por essa



verdade, controlar a disciplina e formar sujeitos. Resta saber que tipo de sujeitos esse sistema de ensino pretende formar, pois a escola ainda segue sendo o lugar das respostas e verdades absolutas. O professor, muitas vezes, tem a imagem de detentor do conhecimento inquestionável, e os alunos são vistos como meros receptores de toda a sabedoria emanada pelos sábios docentes.

Esse professor é o sujeito que influencia o aluno “sem querer”, ou seja, de forma inconsciente, supondo que seu aluno é um sujeito desejante. Mas é interessante pensar que, mesmo com todas as alterações curriculares e novas metodologias e teorias de ensino que existem, além dos estudos já realizados sobre ensino, educação e processos de aprendizagem, a educação tradicional, pautada em um professor que detém o conhecimento e em um aluno que passivamente recebe o conteúdo, ainda se faz bastante presente nas instituições escolares brasileiras. Mesmo atualmente, quando já se sabe, a partir de diversos estudos, que o processo de aprendizagem pelo qual esse aluno passa se dá a partir da sua posição ativa frente ao conhecimento transferido pelo professor, além de seus interesses pessoais, seus desejos e sua maneira de assimilar os conteúdos.

## 2 EDUCAÇÃO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Voltando à questão da Educação e pensando sobre que escola e que professor os avanços da sociedade atual exigem, acredito que seja importante fazer um breve apanhado das características dessa sociedade complexa na qual estamos inseridos e que mudanças ocorreram na contemporaneidade.

Alguns dos aspectos mais relevantes da sociedade contemporânea, além do desenvolvimento do capitalismo, são as transformações sociais e culturais que acompanharam essa expansão, como, por exemplo: a consolidação da globalização; a rapidez na comunicação, no compartilhamento de informações e na quebra de paradigmas; os avanços tecnológicos e suas influências no pensamento e nos hábitos das pessoas; e o culto à liberdade como fator determinante para a expressão da singularidade de cada um, o que leva o sujeito a buscar sua individualidade, nem sempre de maneira egoísta, mas sim mostrando como cada um é único, constituído de subjetividade.

A influência da globalização na sociedade de hoje aparece de forma bastante presente na aproximação social que existe por meio da perda das fronteiras, de uma maneira metafórica, provocada pela Internet, e, conseqüentemente, na pluralidade cultural facilitada por essa proximidade e pelos meios de comunicação. A sociedade atual é uma sociedade digital, na qual existem cada vez mais descobertas e invenções tecnológicas, o que acaba contribuindo para uma exigência maior do mercado de trabalho – e também da escola– na eficiência, rapidez e agilidade dos indivíduos, o que pode levá-los a situações extremas de competitividade entre si.

A rapidez cobrada pelo mercado de trabalho também se reflete em outros âmbitos sociais, já que vivemos em uma sociedade de produção em série e de consumo massivo de bens e serviços, na qual há uma tendência para o consumo impulsivo e para o descartável. A indústria da propaganda e do *marketing* investe pesado em comerciais que seduzem os consumidores a fim de que estes comprem de forma descontrolada e sem ter muito tempo para pensar nas conseqüências. Mas esse consumismo desenfreado também tem um outro lado, o lado daqueles que, mesmo com todo o apelo das mídias, não podem fazer parte desse grupo de consumidores, o que, muitas vezes, pode gerar certa frustração.

Atualmente, a comunicação entre os indivíduos e a divulgação de informações se dá de maneira praticamente instantânea e supérflua a partir dos meios de comunicação. Essa

instantaneidade gera a fragmentação dos conhecimentos apreendidos e das relações sociais e interfere diretamente na identidade e na individualidade do sujeito, além de prejudicar a sua maneira de se relacionar com o mundo exterior, pois o indivíduo não estará suficientemente habilitado a encarar de maneira crítica e autônoma a realidade na qual está inserido.

A fragmentação dos conhecimentos pode conduzir a uma inteligência distorcida, causando encontros conflituosos entre os sujeitos, já que a diversidade – seja ela cultural, social, no ponto de vista, na maneira de agir, etc. – é outra característica da contemporaneidade, o que acaba exigindo que tais conhecimentos sejam dispostos em áreas mais abrangentes do saber, não dispostos em segmentos dentro de determinados blocos, mas sim contextualizados, globalizados.

E ao mesmo tempo em que ocorre o estreitamento das fronteiras e essa virtualização do mundo a partir da globalização, o que facilitaria também no estreitamento das relações pela proximidade, há certa fragmentação nesse aspecto, com o rompimento dos paradigmas, levando a sociedade atual a se preocupar mais com o ter e com as questões materiais do que com o ser. Essa quebra de paradigmas da contemporaneidade pode acabar contribuindo para que os sujeitos desenvolvam patologias ligadas a todas essas mudanças que ocorrem de forma tão rápida, como insegurança, estresse, ansiedade, depressão, etc.

## 2.1 Que educação?

Como se vê, os tempos agora são outros e as demandas da sociedade atual também não são mais as mesmas da época do Iluminismo, quando a escola passou a ser pública, gratuita e obrigatória e buscava formar pessoas dóceis e obedientes. O mundo do trabalho da sociedade na qual vivemos hoje exige, em geral, sujeitos críticos, autônomos e capazes de resolver problemas complexos, indo contra essa antiga ideia de sujeitos facilmente adestrados, de “corpos dóceis”.

Sobre esse assunto, Sacristán e Pérez Gómez (p. 25) apontam que:

*[...] el proceso de socialización en la escuela, como preparación para el mundo del trabajo, encuentra en la actualidad fisuras que son importantes, que se refieren a las características plurales y en ocasiones contradictorias entre los diferentes ámbitos del mercado de trabajo. La simplificación y especialización de los puestos de trabajo autónomo en las sociedades postindustriales plantean a la escuela, como ya hemos visto, demandas plurales y contradictorias en el proceso de socialización. La escuela homogénea en su estructura, en sus propósitos y en su forma de*

*funcionar, difícilmente puede provocar el desarrollo de ideas, actitudes y pautas de comportamiento tan diferenciadas como para satisfacer las exigencias del mundo del trabajo asalariado y burocrático (disciplina, sumisión, estandarización) a la vez que los requerimientos del ámbito del trabajo autónomo (iniciativa, riesgo, diferenciación).*

Mas as características da sociedade contemporânea impõem novos rumos e desafios à escola atual, que deveria assumir uma postura mais aberta ao diálogo – diferentemente da postura assumida pela instituição escolar do passado –, já que não é mais o lugar do saber absoluto, muito menos pode ser vista como o único lugar do bem e da verdade, assim como o professor não é mais aquele que detém um conhecimento inquestionável. Dessa maneira, um dos princípios básicos do ensino é dar valor às experiências extraescolares dos alunos, segundo o inciso X do art. 3º da LDB.

A LDB estabelece, em seu art. 1º, que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ou seja, é importante pensar que a escola não tem – nem nunca teve – a hegemonia da educação, já que desde sempre a família e o ambiente no qual os alunos estavam inseridos também desempenhavam papel importante nesse processo.

Atualmente, um dos principais socializadores, ao lado da escola, são os meios de comunicação – especialmente a televisão e as redes sociais –, o que gera um conflito no processo de ensino e aprendizagem, já que muitas vezes a escola, por ser cartesiana e possuir um currículo fragmentado, encontra-se defasada se comparada à sociedade digital e tecnológica na qual estamos inseridos. A presença desses meios de comunicação no sistema de ensino parece ameaçadora, mas prova que o aprendizado não ocorre apenas na centralização do ensino linear e formal das escolas, mas sim a partir da descentralização da racionalidade, pois fazemos parte de uma sociedade na qual informações e conhecimentos são compartilhados todo o tempo.

É importante, então, refletir sobre quais são os objetivos e as prioridades da educação atualmente. Segundo Dermeval Saviani (2007, p. 59), “o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”. Considerando-se, portanto, que a educação visa à formação de sujeitos e que são as necessidades destes que determinam os objetivos dessa educação, que sujeitos ela pretende formar?

Dessa forma, o ensino na sociedade contemporânea deveria estar preocupado tanto com a sensibilidade quanto com a racionalidade humana. Segundo Edgar Morin, em sua obra *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (2001, p. 53), “a racionalidade não dispõe,

portanto, de poder supremo. É uma instância concorrente e antagônica às outras instâncias de uma tríade inseparável, e é frágil: pode ser dominada, submersa ou mesmo escravizada pela afetividade e pela pulsão”. Um sujeito educado a partir da e para a sensibilidade é capaz de ver além daquilo que está sendo mostrado, é capaz de ler e de compreender o mundo ao seu redor para se apropriar deste histórica e culturalmente.

Ou seja, para que os alunos encontrem significação nos saberes escolares, deve ser traçado um paralelo entre o que está dentro e o que está fora da escola, pois há conhecimentos e valores que só serão aprendidos dentro da escola, enquanto fora da escola encontra-se um mundo de possibilidades culturais e tecnológicas a serem exploradas, aprendidas, significadas. E esses dois mundos (dentro e fora da escola) deveriam andar juntos para que o aprendizado ocorresse de maneira real e efetiva, até porque a educação e o conhecimento, como vimos, não estão relacionados apenas à instituição escolar, e essa educação escolar precisa estabelecer uma relação com a vida do aluno fora desse ambiente, combinando-se aos mais diferentes saberes e práticas sociais.

Segundo Maria Luiza Belloni (1998):

A escola é agora apenas mais uma entre as muitas agências especializadas na produção e na disseminação da cultura. Em concorrência com as diferentes mídias, a escola tende a perder terreno e prestígio no processo mais geral de transmissão da cultura e particularmente no processo de socialização das novas gerações, que é sua função específica. Num mundo cada vez mais “aberto” e povoado de máquinas que lidam com o saber e com o imaginário, a escola apega-se ainda aos espaços e tempos “fechados” do prédio, da sala de aula, do livro didático, dos conteúdos curriculares extensivos, defendendo-se da inovação.

Para que não aconteça esse fechamento de que fala Belloni, os sujeitos da sociedade contemporânea deveriam ser educados não por meio de um currículo disciplinador, mas a partir de questionamentos, mantendo as incertezas, ao invés das respostas, que, supostamente, levam a verdades absolutas. Segundo Rubem Alves, no texto *A Arte de Produzir Fome* (2002), “a maneira mais fácil de abortar o pensamento é realizando o desejo. Esse é o pecado de muitos pais e professores que ensinam as respostas antes que tivesse havido perguntas”. Justamente por isso a escola contemporânea deve ser o lugar das perguntas, para que esses sujeitos sejam autônomos, educados para a significação, para que sejam capazes de questionar, desafiar, criticar, bem como resolver os problemas complexos que a sociedade atual apresenta.

Visando à sociedade de hoje, o que podemos pensar é que o sistema educacional deve educar de forma libertária e transformadora, formando sujeitos conscientes, capazes de

compreender e intervir de forma crítica e engajada na sociedade, assumindo suas escolhas, seja no âmbito pessoal, político, econômico ou cultural. Segundo Edgar Morin (p. 33), “o dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez”. Mas, para que essa lucidez seja alcançada de forma efetiva, como devem ser a escola e o professor e que papel eles têm na educação atual?

## 2.2 Que escola?

A instituição escolar da atualidade deve ter um papel inovador. Contrapondo-se a seu papel conservador, sua função hoje é desenvolver um ensino capaz de formar sujeitos autônomos, que saibam resolver problemas que sequer imaginamos. Ou seja, uma educação que vá além dos muros da escola, formadora de indivíduos pensantes, críticos, capazes de interferir e participar nas mais diferentes práticas sociais. Para isso, a escola atual deve ser o lugar das perguntas reais e verdadeiras, perguntas formadoras de sujeitos que devem estar preparados para resolver problemas complexos.

E apesar de haver certa homogeneidade na educação, ou seja, certas similitudes de ideias preestabelecidas, como, por exemplo, os direitos e deveres dos indivíduos, a sociedade como um todo, o progresso, as artes, a ciência, etc., há – ou deveria haver – uma diferenciação, que possibilita uma atualização, uma mudança do ensino, mostrando que não há uma educação única, homogênea e ideal, apropriada a todos os alunos.

Como afirma Philippe Perrenoud em seu texto *O Futuro da Escola nos Pertence* (2003), a escola é “indiferente às diferenças” e segue sendo o lugar do conhecimento parcial, no qual o que importa, *grosso modo*, é o aprendizado homogêneo dos conhecimentos formais do currículo. Ou seja, além de muitas vezes não haver sentido no que é aprendido na escola, esta não sabe lidar com o fato de que os alunos são sujeitos heterogêneos, que aprendem de maneiras diferentes porque têm motivações diferentes.

Segundo Morin (p. 55-56):

Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. [...] É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno.  
[...]

Há *unidade/diversidade* cerebral, mental, psicológica, afetiva, intelectual, subjetiva: todo ser humano carrega, de modo cerebral, mental, psicológico, afetivo, intelectual e subjetivo, os caracteres fundamentalmente comuns e ao mesmo tempo possui as

próprias singularidades cerebrais, mentais, psicológicas, afetivas, intelectuais, subjetivas,...

Ou seja, a escola deve estar preparada para lidar com a unidade, mas também com a multiplicidade de culturas e origens dos alunos, a diversidade e a subjetividade de cada um que está ali e que constitui um sujeito singular e único dentro de toda a pluralidade de indivíduos que compõe a instituição escolar. Nesse sentido, Sacristán e Pérez Gómez (p. 29) falam que:

*La intervención compensatoria de la escuela debe arroparse con un modelo didáctico flexible y plural, que permita atender las diferencias de origen, de modo que el acceso a la cultura pública se acomode a las exigencias de intereses, ritmos, motivaciones y capacidades iniciales de quienes más distantes se encuentran de los códigos y características en que se expresa. Así pues, la igualdad de oportunidades de un curriculum común, en la escuela comprensiva obligatoria no es más que un principio y un objetivo necesario en una sociedad democrática. Su consecución es un evidente y complejo reto didáctico que requiere flexibilidad, diversidad y pluralidad metodológica y organizativa.*

Eis um dos grandes desafios da escola: tornar a função educativa uma forma de atender aos diferentes meios, às diferentes origens socioculturais dos alunos, criando oportunidades de acesso a diversas culturas, provocando, questionando, instigando e facilitando a (re)construção de conhecimentos, interesses e atitudes que fazem parte da vida dos alunos desde antes da escola, a fim de que estes se tornem sujeitos críticos diante de diferentes exigências nas mais diversas práticas sociais, colaborando no desenvolvimento individual e coletivo desses sujeitos.

Segundo Sacristán e Pérez Gómez (p. 32):

*[...] plantear la exigencia de provocar la reconstrucción por parte de los alumnos/as, de sus conocimientos, actitudes y modos de actuación requiere otra forma de organizar el espacio, el tiempo, las actividades y las relaciones de la escuela, de modo que puedan vivenciarse prácticas sociales e intercambios académicos que induzcan a la solidaridad, la colaboración, la experimentación compartida, así como a otro tipo de relaciones con el conocimiento y la cultura que estimulen la búsqueda, el contraste, la crítica, la iniciativa y la creación.*

### 2.3 Que professor?

Para que a escola atual seja o lugar das perguntas, o professor dessa escola deve ser um sujeito provocador, questionador, capaz de ensinar a aprender, a descobrir e a atiçar a curiosidade dos alunos, formando sujeitos aptos às diversas práticas sociais a partir da

estimulação à participação ativa e crítica dos alunos em atividades desenvolvidas em sala de aula. Como diz Rubem Alves no documentário *Rubem Alves, o Professor de Espantos* (2013), a função do professor no processo de aprendizagem deve ser “espantar os alunos”, ou seja, causar interrogações, fazer com que os alunos pensem e aprendam a fazer perguntas antes mesmo de saber as respostas.

Saviani, em sua obra *Escola e Democracia* (2008, p. 64), apresenta que cada professor, independente da disciplina que ensina, tem uma contribuição específica a dar, e “tal contribuição será tanto mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender os vínculos da sua prática com a prática social global”. Eis a importância política do docente, que deve ensinar seus alunos para finalidades sociais mais amplas do que as praticadas na escola.

A fim de exemplificar o que venho tratando a respeito do professor de uma maneira geral, resolvi analisar, *grosso modo*, a partir das minhas práticas de ensino, a importância que o professor de Língua Portuguesa, especificamente, tem na formação de seus alunos. Acredito que seja papel fundamental desse professor proporcionar aos seus alunos um ensino de língua que os ajude a sair do senso comum, ou seja, um ensino centrado na tentativa de ultrapassar as barreiras da superficialidade no uso da língua portuguesa – tão solidificadas por anos de ensino de qualidade duvidosa.

Conforme Irandé Antunes, na obra *Aula de Português: Encontro & Interação* (2003, p. 122), o principal objetivo do ensino de língua portuguesa deve ser “a ampliação da competência comunicativa do aluno para falar, ouvir, ler e escrever textos fluentes, adequados e socialmente relevantes”. E é por meio da prática de produção textual – oral e escrita – que os alunos terão contato com os usos efetivos da linguagem. O texto deve ser, no ensino de Português, ponto de saída e de chegada. Ou seja, primeiro é necessário ler e compreender textos para, em seguida, produzir outros textos e, assim, fazer uso de noções gramaticais da língua portuguesa.

Dessa maneira, é função do professor de Língua Portuguesa possibilitar aos seus alunos um domínio efetivo do uso da língua, tanto na oralidade quanto na escrita. Mas, para que isso aconteça, o ensino de Língua Portuguesa deve aliar o conteúdo estudado em sala de aula às práticas sociais dos alunos, estabelecendo vínculos entre esse currículo fragmentado da instituição escolar e as vivências dos alunos extraclasse. Essa aproximação contribui para que os alunos deem significação àquilo que está sendo estudado em sala de aula, ampliando suas visões de língua e de mundo.



Como disse Paulo Freire (2009, p. 20), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Ou seja, é na relação com a exterioridade e no contato com o mundo que devem estar as bases do ensino. E essa relação do mundo com o processo de aprendizagem e com a educação está bastante ligada à formação de sujeitos que ocorre a partir das novas tecnologias – televisão, redes sociais, etc. – e de outros âmbitos da sociedade que não só a escola. Rubem Alves, ainda no seu texto sobre *A Arte de Produzir Fome*, segue o mesmo caminho de Paulo Freire quando diz que “a primeira tarefa da educação é ensinar a ver... É através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo”.

Mas ante a realidade da sociedade atual com sua multiplicidade de meios de aprendizagem, com suas ofertas tentadoras de conhecimentos prazerosos contrapondo-se com seus ingentes problemas ambientais, de violência, de diluição e relativização de valores (como de vencer sem esforço), o que podem e devem a escola e o professor fazer?

### 3 A MOTIVAÇÃO E O AFETO NA APRENDIZAGEM

Como se viu na trajetória da instituição escolar, historicamente a função do professor tem sido a de transmitir o conhecimento. Esse processo de transferência nem sempre ocorre de maneira consciente por parte do professor e dos alunos. No entanto, o professor pode produzir as condições de aprendizagem, provocando no aluno o desejo do conhecimento e singularizando seu ensino e a aprendizagem. Segundo João Batista Martins (2009), a palavra do professor ganha poder a partir do desejo inconsciente do aluno, o que mostra que é o desejo que move esse aluno a querer aprender. Mas como motivar o aluno e provocá-lo a ponto de que este tenha desejo e vontade de aprender?

Segundo Vygotsky, na sua obra *Pensamento e Linguagem* (2001):

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, pelos nossos desejos e necessidades, os nossos interesses e emoções. Por detrás de todos os pensamentos há uma tendência volitiva-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro porquê da análise do pensamento. Uma verdadeira e exaustiva compreensão do pensamento de outrem só é possível quando tivermos compreendido a sua base afetiva-volitiva.

Ou seja, o processo de aprendizagem e de construção de conhecimento requer o interesse, a vontade e a curiosidade dos alunos em aprender. Mas até que ponto as relações interpessoais e a relação com o que está ao redor podem ajudar nesse processo? Em uma escola na qual o que importa, via de regra, são os conhecimentos formais dos conteúdos, e na qual se tem a visão de que os alunos não passam de mentes homogêneas e vazias que podem ser facilmente moldadas, a educação se dá por meio de competições, o que afeta diretamente as relações entre os alunos e entre alunos e professores, além de desrespeitar a subjetividade de cada indivíduo.

Hoje, ante as necessidades e características da sociedade, outras também são as funções que o professor deve assumir. Para tanto, e cada vez mais, se vê a necessidade de o professor se constituir como agente motivador no processo de aprendizagem e formação dos sujeitos. Nesse sentido, o professor tem a função de fundir o intelectual e o afetivo para que esses dois elementos ingressem de maneira efetiva nas práticas escolares e componham o processo de ensino e aprendizagem, que se orientará por outras premissas a partir dessas perspectivas. Mas que relevância a afetividade pode ter como agente motivador no processo de aprendizagem?

Segundo Edgar Morin (p. 20):

*[...] no mundo humano, o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade, isto é, da curiosidade, da paixão, que, por sua vez, são a mola da pesquisa filosófica ou científica. A afetividade pode asfixiar o conhecimento, mas pode também fortalecê-lo. Há estreita relação entre inteligência e afetividade: a faculdade de raciocinar pode ser diminuída, ou mesmo destruída, pelo déficit de emoção; o enfraquecimento da capacidade de reagir emocionalmente pode mesmo estar na raiz de comportamentos irracionais. (sem grifo no original)*

Ou seja, antes do aprendizado intelectual, é necessário que o aluno se apaixone, tenha vontade de aprender, e é papel do professor, como disse Rubem Alves, “despertar a fome da aprendizagem” em seus alunos. Ainda segundo o educador:

*Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim *affetare*, quer dizer “ir atrás”. É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado. (sem grifo no original)*

Sérgio Leite e Elvira Tassoni (S/D) defendem que “os fenômenos afetivos [...] estão diretamente relacionados com a qualidade das interações entre os sujeitos, enquanto experiências vivenciadas”. E essa relação interpessoal estabelecida por meio do afeto entre professor e aluno tem papel fundamental no ânimo dos alunos em participar das atividades propostas no ambiente escolar, no desenvolvimento da aprendizagem e na formação de sujeitos mais preparados para enfrentar as adversidades e complexidades do mundo atual, já que o fato de os sujeitos serem afetados pelos professores, pela vontade de saber, pelos conteúdos escolares e por suas experiências vividas influenciam diretamente no processo de construção de conhecimento.

Os dois autores citados anteriormente também mostram que os aspectos afetivos e cognitivos estão entrelaçados e integrados, não sendo possível dissociá-los, já que ambos têm papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos. Ideia trabalhada também por Edgar Morin (p. 20-21), que demonstra a importância da inter-relação do eixo intelecto-afeto para a aprendizagem e, especialmente, para a formação dos sujeitos, dizendo que “a capacidade de emoções é, de certa forma, indispensável ao estabelecimento de comportamentos racionais”.

É difícil pensar que ainda hoje, como foi dito anteriormente, a forma mecânica que muitos professores têm de trabalhar os currículos disciplinadores nas instituições escolares permanece. Essa didática repetitiva, a imitação e reprodução de modelos propostos há muito

tempo, os obstáculos criados pela instituição escolar que prejudicam a aprendizagem e sua falta de suporte desmotiva os alunos. Os professores, sem praticamente nenhum prazer em ensinar, trabalham desmotivados – por uma série de fatores, claro, especialmente pela desvalorização da profissão – e parecem não se dar conta da importância que tem a motivação e o desejo de aprender no processo de ensino e aprendizagem. Eles, muitas vezes, sequer tentam questionar seus alunos a fim de despertar a curiosidade nestes. E essa desmotivação e falta de interesse dos professores em fazer diferente é percebida pelos alunos, que testam os limites daqueles em busca de atenção, porém, muitas vezes, sem sucesso.

Me parece que o que falta mesmo, fundamentalmente, é um olhar, um gesto, uma expressão que demonstre mais atenção do professor e da escola sobre os alunos, que devem ser respeitados conforme suas subjetividades, experiências de mundo, opiniões e bagagem cultural, registros sociais apreendidos a partir do contexto social no qual os alunos estão inseridos – família, bairro, igreja, rua, etc. – e das práticas sociais que ocorrem nesses ambientes, além dos muros da escola. Além disso, muitas vezes falta nas instituições escolares estímulos para que esses indivíduos interajam – de maneira saudável, não competindo – com seus colegas, a fim de produzir conhecimento.

Nesse sentido, Sacristán e Pérez Gómez (p. 21) afirmam que:

*El énfasis en el individualismo, en la promoción de la autonomía individual, en el respeto a la libertad de cada uno para conseguir, mediante la competencia con los demás, el máximo de sus posibilidades, justifica las desigualdades de resultados, de adquisiciones y, por tanto, la división del trabajo y la configuración jerárquica de las relaciones sociales. [...] Este proceso va minando progresivamente las posibilidades de los más desfavorecidos social y económicamente, en particular, en un medio que alienta la competitividad, en detrimento de la solidaridad, desde los primeros momentos del aprendizaje.*

E, embora eu entenda que a carga horária do professor é extensa e cansativa, que, em geral, são muitas turmas e/ou colégios e que há muitas dificuldades na trajetória profissional, não acredito que seja impossível fazer diferente, mesmo diante de todas as adversidades. Especialmente porque acredito que, apesar de sempre esperar que seja diferente e lutar para que a situação profissional do professor melhore, quem escolhe essa profissão já conhece grande parte dessas adversidades. Além disso, muitas vezes o professor quer que o aluno seja aquilo que ele deseja que o aluno seja, quase como se o aluno não fosse um sujeito desejante e constituído de vontade e livre arbítrio. Essa atitude do professor muitas vezes pode contribuir para o fracasso escolar do aluno. Então, como os problemas de aprendizagem podem ser solucionados ou amenizados a partir da relação professor-aluno?

A partir do texto *A Afetividade em Sala de Aula: as Condições de Ensino e a Mediação do Professor*, de Leite e Tassoni, é possível pensar que as relações interpessoais entre professor e alunos, durante o processo de ensino e aprendizagem,

devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto-imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões.

Mas, dependendo da postura assumida pelo professor, ele pode influenciar seus alunos tanto positiva quanto negativamente. Portanto, acredito que seja fundamental o professor ir contra a noção que ainda permanece entre muitas pessoas de que crianças e jovens são seres vazios e facilmente moldados, pois é muito importante para a aprendizagem do aluno que seja levado em consideração o que ele já sabe, colaborando para que ele tenha uma aprendizagem significativa. É papel fundamental do professor saber olhar e ouvir seus alunos com atenção para refletir sobre suas subjetividades e, especialmente, colaborar com suas buscas, incentivando a inquietação e respeitando suas curiosidades e necessidades. Como disse Rubem Alves no vídeo *Os Quatro Pilares da Educação: Aprender a Aprender* (2009):

A primeira coisa para a aprendizagem é o espanto, é saber fazer as perguntas e não é saber as respostas. É a grande tarefa do professor espantar as crianças, espantar os adolescentes para que eles comecem a pensar, porque é com o pensamento funcionando que vêm as ideias, que vêm as soluções, que vêm as grandes iluminações que produzem o conhecimento.

O professor de hoje deveria ser sensível, além de ter curiosidade sobre cada um dos indivíduos que está diante dele em uma sala de aula, tentando ver além, fugindo das generalizações e da homogeneidade a partir de observações atentas de seus alunos, sujeitos distintos. Acredito que um dos papéis do professor seja justamente enxergar além da sala de aula, a partir de um olhar especulador, e ver a subjetividade de cada um dos seus alunos, entendendo que uma sala de aula é composta de indivíduos com formações, valores, ideais, contextos socioculturais e ritmos diferentes. Os alunos – não importa a idade – precisam de atenção, de um olhar especial, de limites, de acolhimento, de alguém que considere que eles têm algo a dizer. Isso é afeto! E essa afeição do professor pelo aluno dá segurança e motivação, condições essenciais e ponto de partida da aprendizagem e da construção da subjetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, sem nenhuma pretensão de chegar a conclusões definitivas sobre o assunto, pois entendo o quanto este é inesgotável, tentei fazer uma breve reflexão para entender o papel da escola e a função do professor ao longo da história da educação.

Hoje, a função do professor deve ir além da transmissão de conhecimentos. O professor é peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem e na construção de conhecimentos pelos alunos, pois é ele, no papel de agente motivador, de provocador, de questionador, que conseguirá provocar fome, conquistar, fugar seus alunos, a fim de que estes questionem e tenham desejo de aprender. É a partir do interesse e da curiosidade desses alunos, portanto, que o conhecimento se construirá de forma definitiva. Uma vez apreendido o conhecimento, o aluno poderá intervir e participar de forma efetiva, com criticidade e autonomia, de diversas práticas sociais que exijam dele reflexões mais complexas.

E é justamente por vivermos em uma sociedade contemporânea, diferente da sociedade da época em que a escola surgiu, por exemplo, que necessitamos que essa escola sofra transformações, se adequando e se organizando conforme as mudanças sociais, mas também sendo agente dessas mudanças, não apenas aceitando as transformações que a sociedade sofre, mas também intervindo, questionando e formando sujeitos capazes de enfrentar os problemas da atualidade de forma autônoma e crítica.

A questão que se coloca, portanto, é como construir esse sujeito. Ele tem de querer, desejar ser, desejar saber. A aprendizagem de cada um passa por interesses e vontades diferentes, cada aluno tem a sua própria curiosidade e é papel do professor saber escutar seus alunos e respeitar suas necessidades básicas, a fim de que esse processo, no qual estão diretamente ligadas as relações interpessoais e as relações destes sujeitos com o que está ao redor, ocorra de maneira significativa. Mas como o professor pode provocar o desejo do aluno? Mostrando-lhe que aquilo que está sendo ensinado, de alguma forma, lhe é significativo, lhe diz respeito, lhe afeta, lhe traz consequências.

Assim, a história nos mostra que as primeiras interrogações sobre o mundo eram movidas pelo afeto, pois conhecer o mundo dizia respeito à vida e ao seu significado. E a educação, ao buscar uma concepção de mundo e de sociedade, buscava satisfazer uma necessidade. As perguntas dos mestres eram verdadeiras, porque honestamente ainda não haviam sido elaboradas as respostas.

Depois, organizado um paradigma de compreensão de mundo e de modelo de formação do homem, bastava professá-lo e reproduzi-lo. E a escola, que recebia a delegação para tal, o fazia sem desvios e sem maiores questionamentos.

Hoje, se descortina ante nossos olhos um novo mundo, infinitamente mais complexo, sem paradigmas e verdades definitivas. Um mundo e uma sociedade novos, que não desejam referências, que se sustentam sobre areia movediça e já ameaçados de extermínio. Nesse quadro de incertezas, que educação, que escola, que professor propor?

Acredito que, diante desse quadro, as tarefas da educação e do educador sejam as mesmas de nossos primeiros mestres: descobrir o que está acontecendo, conhecer a realidade e enfrentar o desafio de projetar uma nova sociedade.

E essa proposta, para ser viabilizada, necessita ser apresentada como desafio para contar com a adesão do aluno. Encantamento, entusiasmo, vontade e envolvimento afetivo são condições primeiras da aprendizagem. Sem as condições necessárias para a aprendizagem não há construção significativa de conhecimento e sem conhecimento não há transformação. O professor que conseguir movimentar e sustentar esse processo estará resgatando a função de mestre.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A arte de produzir fome. *Sinapse On-Line*, out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. A complicada arte de ver. *Sinapse On-Line*, out. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301998000400005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301998000400005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/o-sujeito-e-o-poder.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: <[ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci\\_ncia%20Pol\\_tica%20-%20I/Foucault%20-%20Vigiar%20e%20Punir.pdf](ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_ncia%20Pol_tica%20-%20I/Foucault%20-%20Vigiar%20e%20Punir.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2013.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor. [s.d.] Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 2. ed. Trad. Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARTINS, João Batista. Contribuição da psicanálise para a formação de professores. *Revista Iberoamericana de Educación*, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), n. 48/5, 25 feb. 2009. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2709.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.



MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernando. Função social da educação e da escola. [s.d.] Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/saibamais\\_8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2013.

OS QUATRO Pilares da Educação: Aprender a Aprender. Coleção Rubem Alves. ATTA Mídia e Educação, v. 1, 2009. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=3\\_WuJdw-MEo](http://www.youtube.com/watch?v=3_WuJdw-MEo)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PERRENOUD, Philippe. O futuro da escola nos pertence. *Sinapse On-Line*, jul. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u511.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

RUBEM Alves, o Professor de Espantos. Direção e Roteiro: Dulce Queiroz. Produção: João Gollo. Documentário. TV Câmara, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/436913-MEMORIAS-RUBEM-ALVES,-O-PROFESSOR-DE-ESPANTOS.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel I. Pérez. *Comprender y transformar la enseñanza*. 4. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1995.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. *Educação e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2013.